

Educação no campo: o labor, o trabalho, a ação e a vida activa à luz de Hannah Arendt

Education in the field: work, action and active life in the light of Hannah Arendt

Maria Zeneide C. Magalhães de Almeida¹

Ana Maria Franco Pereira²

Ana Beatriz Franco Benevides³

25

Resumo: A proposta desse estudo, é discutir a importância de se construir uma real transformação na educação do campo, sendo esta voltada para a formação humana e social de um sujeito crítico transformador de sua própria realidade e, nessa perspectiva, sugerimos a aproximação entre o debate dessa educação e a noção de “vida activa”, trabalhada pela filósofa Hannah Arendt, onde faz-se uma contextualização de alguns princípios da história da educação do campo apresentando a noção de labor, trabalho e ação. Ao término deste estudo, foi possível fazer uma análise e compreender que a educação é ferramenta essencial na formação de um homem, pois fica claro que a escola, dá espaço para a ação, que na luz de Hannah Arendt, é a ferramenta perfeita para essa ação.

Palavras-chave: Educação no Campo; Labor, Trabalho e Ação; Vida Activa.

¹ Professora Adjunta PUC-Goiás-PPGE/EFPH; Doutora em História Cultura/UnB. Mestre em Educação/ UNICAMP-PE. Pedagoga/UGG (PUCGO). Líder do Diretório CNPq/PROFE/ Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória, Culturas em Diferentes Espaços Sociais. E-mail: zeneide.cma@gmail.com.

² Doutoranda em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Integrante dos Grupos de Pesquisa GEPPE da UEMS de Paranaíba - MS e do grupo EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURAS EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS/HISTEDBR, pela PUC. Professora concursada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Rio Verde - Goiás. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG. E-mail: ana.franco.p@hotmail.com.

³ Especialização em Psicopedagogia – Clínica e Institucional pela FAR (2018). Graduação em Pedagogia pela UniRV (2017). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental. E-mail: anabeatrizbf15@outlook.com.

Recebido em 18/12/2020

Aprovado em 25/04/2021

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Abstract: The purpose of this study is to discuss the importance of building a real transformation in rural education, which is geared towards the human and social formation of a critical subject who transforms his own reality and, in this perspective, we suggest the approximation between the debate of this education and the notion of “active life”, worked by the philosopher Hannah Arendt, where a contextualization of some principles of the history of rural education is presented, presenting the notion of labor, work and action. At the end of this study, it was possible to make an analysis and understand that education is an essential tool in the training of a man, as it is clear that school, gives space for action, which in the light of Hannah Arendt, is the perfect tool for this action.

Keywords: Education in the Field; Labor, Labor and Action; Active Life.

1. INTRODUÇÃO

Na formação social do Brasil, por um longo período, o acesso à educação foi privilégio de poucos. Apesar de ser um país de origem agrária, mesmo com a industrialização em meados do século XX, a estratégia urbana passou a ser determinada, de maneira que as políticas públicas são nitidamente influenciadas pela necessidade de responder a demandas emergenciais da vida na cidade.

Partindo desse princípio, além de se tornarem direito para as populações rurais as possibilidades de acesso à educação sistematizada, as metodologias que a norteiam refletem dilemas e aspirações concernentes à realidade do urbano e dos processos requisitos socioeconômicos. Sendo assim, a educação no rural, quando existente caracteriza-se mais como processo de preparação de mão de obra para as atividades do setor agrícola, do que particularmente uma formação geral e humana do ser humano, se perdurando por muito tempo, sem que o poder público tivesse qualquer intervenção significativa.

A partir do momento que se iniciou, através de pressões sociais e externas, o processo de expansão do ensino fundamental para zona rural, os sistemas públicos de educação tentaram transplantar para o campo o mesmo modelo e estratégia de ensino ofertado na cidade, o qual desencadeou e proporcionou uma proposição concebida na dinâmica das lutas sociais do campo, a qual propôs uma educação no campo, do campo e para o campo. Porém, essa concepção, ao entrar na agenda pública e se configurar em uma política de educação, sofre o risco em formar sujeitos para um espaço precário e pouco fértil para atuação desses sujeitos.

Assim, a proposta desse estudo, é discutir a importância de se construir uma real transformação na educação do campo, sendo esta voltada para a formação humana e social

de um sujeito crítico o qual se torna o transformador de sua própria realidade e, nessa perspectiva, sugerimos a aproximação entre o debate dessa educação e a noção de “vida activa”, trabalhada pela filósofa Hannah Arendt, autora a qual contribuiu nos estudos e reflexões realizadas em uma disciplina cursada na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, intitulada Pensamento Educacional.

Neste trabalho, inicialmente faremos uma contextualização de alguns princípios da história da educação do campo, em seguida apresentar-se-á a noção de labor, trabalho e ação em Hannah Arendt, e por fim colocara-se em discussão e reflexão a vida activa na escola do campo à luz de Hannah Arendt.

Esta pesquisa aporta-se em um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, possibilitando apreensão científica a partir da análise crítica das concepções e problematizações pedagógicas imbuídas no campo epistemológico da educação, sobretudo, da educação no campo na concepção das ideias de Hannah Arendt.

2. EDUCAÇÃO NO CAMPO: ALGUNS PRINCÍPIOS

A cada ano, segundo dados do IBGE o número da população que residem no campo tem sofrido um decréscimo significativo, na medida em que parte dessas pessoas migram para as cidades ou outras áreas com mais ênfase dinâmicas, buscando melhores condições de vida, e diante dessa realidade, o ensino nas escolas do campo tem se mostrado precário.

Em outra visão, esse problema pode acarretar e resultar em outros, pois o deslocamento do campo para a cidade, além de colocar as pessoas em um grave estranhamento cultural, pode resultar em uma inferioridade de vida relacionadas a outrora. Desde já, objetivando atenuar tais efeitos, o poder público buscou implantar e implementar um modelo de educação rural que pudesse garantir a permanência do homem no campo.

Tendo em vista que a estratégia/modelo de educação a qual ofertou-se ao campo almejava a permanência do homem lá, porém, não oportunizava as ferramentas mínimas para compreensão da realidade, dessa forma, os movimentos sociais passaram a construir uma concepção de educação que desenvolvesse a formação de sujeitos críticos, capazes de discernir a analisar racionalmente a sua própria existência. Partindo desse princípio, o MST desempenha um papel de suma importância, pois iniciam a luta por uma educação do campo capaz de formar/preparar sujeitos do campo para o campo. (FIGUEIRA; SILVA, 2011). De acordo com Souza (2006, p. 57):

O MST vem sendo um dos sujeitos centrais na luta pela Educação do Campo, pensando as áreas de assentamento e acampamentos especialmente. Trata-se de uma proposta que tenta desenvolver uma concepção humanista e crítica da educação, sustentadas em teoria da aprendizagem sociocultural.

No entanto, a partir do I Encontro dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, em 1997, e da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1988, ao processo de luta pela educação do campo foi se ampliando e buscando seu espaço cada vez mais, até que, em 2001, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo forma aprovadas, que implicava a possibilidade de se elaborarem propostas pedagógicas que de forma positiva valorizasse a diversidade culturas dessas pessoas, bem como os processos de interação e transformação do campo. Desse modo, o ensino deve ser organizado priorizando uma gestão democrática, como também, o acesso aos avanços científicos e tecnológicos, visando contribuir para a melhoria das condições de vida da população. (BRASIL, 2001, p.25).

Partindo desse princípio, essas diretrizes baseiam-se aos princípios que norteiam a Educação do Campo, propostos num documento produzido durante a I Conferência Nacional: “Por uma Educação Básica no Campo”, 1998: “educação e formação; valorização; transformação da pessoa humana em todas suas dimensões; educação para transformação social; educação de valores; educação a serviço de valores; educação a serviço da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o nosso país; educação; trabalho; produção, cultura e cooperação; educação pelo povo: o movimento social como agente de sua própria educação”. Todos esses princípios buscam uma proposta diferente da educação rural, onde não destaca a exclusão e a carência sócia, mas sim que afirma a identidade sociocultural como forma de aprendizagem, considerando assim, as especificidades de cada sujeito.

Segundo Figueira e Silva (2011), o governo brasileiro, a partir das diretrizes, procurou incentivar as experiências educacionais, a partir da cooperação entre as instituições públicas de ensino superior, as entidades do movimento social e órgãos públicos de gestão. Logo, foram criadas as primeiras licenciaturas para formação de professores do campo, estas sobre muitos obstáculos, mas que reafirma as conquistas da população do campo.

É válido ressaltar que, em seus projetos político-pedagógicos esses cursos procuram refletir os princípios da educação do campo, em busca da formação de sujeitos técnicos, políticos e socialmente competentes para intervenção qualificada na realidade que os cerca,

mesmo que ainda os diversos processos de implementação, por variadas razões, nem sempre preservam fidelidades a esses princípios. (FIGUEIRA; SILVA, 2011).

Nesse pensamento, Caldart (2002, p.22) esclarece que: “[...] não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepara-los para serem os sujeitos destas transformações”. Diante disso, o autor nos leva a refletir sobre a educação do campo visando à construção dos sujeitos conscientes de suas condições, sendo capazes de se posicionar em prol dos interesses dos camponeses, para uma sociedade mais justa combatendo as injustiças frente a uma sociedade reprodutora de desigualdades.

Segundo Nascimento (2004, p.2): “um grande desafio a ser vencido na realidade social do meio rural são os muitos conceitos que qualificam ou desqualificam os habitantes do campo”. Dessa forma, as escolas públicas localizadas no campo, e até mesmo o próprio Governo, por muito tempo consideraram e de certa forma ainda consideram esses sujeitos e o seu modo de viver como maneira atrasada, excluindo-os de diversas situações decisórias de seu próprio território.

Nesse sentido, é válido citar Arendt, identificada por muitos autores como a pensadora da liberdade, viveu as grandes transformações políticas do século XX. A autora dedicou-se a investigar a constituição dos regimes totalitários que se instalaram nesse período, pois para ela, o totalitarismo destruiu por meio da força e da violência, o espaço público de ação e comunicação entre os homens, ou seja, destruiu a liberdade política. Segundo Arendt (1995, p.191):

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. E mesmo hoje em dia, quer o saibamos ou não, devemos ter sempre isso em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato do homem ser dotado de ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade.

Ao se falar em liberdade política Arendt trata-se de algo que o homem foi perdendo no decorrer da história de muitas sociedades, bem como a participação nas decisões políticas. Pois a liberdade política se caracteriza pela ação do homem, e não uma ação que se encontra submetida ao intelecto nem aos ditames do querer, e sim uma ação que propicie a liberdade de expressão e de pensamento. A autora nos chama a atenção para o fato de que:

A liberdade, que encontra na pluralidade sua expressão, tem constituição no mundo político onde ocorrem os negócios humanos, de modo que uma liberdade apenas teórica não é capaz de habitar a ação, pois esta se dá no mundo fenômeno especialmente no seu “campo original”, o âmbito da política. (ARENDR, 1995, p.191).

Contudo, pode-se relacionar o conceito de liberdade em Hannah Arendt, ao conceito de educação do campo, pois está diretamente associado à possibilidade que os homens têm de se organizar e se comunicar por meio de opiniões em busca de uma nova iniciativa, trata-se de uma liberdade que carrega consigo um sentido antropológico, na medida em que permite aos homens estabelecer uma realidade que lhes pertence.

3. A NOÇÃO DE LABOR, TRABALHO E AÇÃO EM HANNAH ARENDT

Em uma de suas obras intitulada “A condição humana” Arendt (1995) caracteriza a condição humana de forma muito complexa do que as condições nas quais a vida foi dada ao homem na terra. De acordo com a autora, os homens são seres condicionados, uma vez que tudo o que entram em contato torna-se uma condição de sua existência. Segundo ela, a condição humana representa características fundamentais da existência do homem em determinado espaço, que sem elas essa existência deixaria de ser humana.

Diz Hannah Arendt, que a condição humana, está interligada a denominada “vida activa”, e esta se resume em três atividades fundamentais que caracterizam a vida na terra, sendo: o “labor”, o “trabalho” e a “ação”, onde cada uma dessas atividades está diretamente relacionada às condições básicas nas quais a vida foi dada ao homem. Sendo assim, o labor corresponde a atividade do processo biológico do corpo humano, assemelhasse com as necessidades vitais produzidas e introduzidas no processo da vida, assegurando a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie. (ARENDR, 1995).

Já o trabalho, segundo Hannah, ainda que não individualize o homem, permite a criação de objetos e a transformação da natureza, que proporciona um habitat distinto ao dos outros animais, que através da utilidade, permite ao homem demonstrar a sua habilidade e invenção. Por sua vez, a ação, é a única atividade que independe da mediação da matéria se relacionando com a condição humana da pluralidade, que por meio da ação que os homens são capazes de demonstrar quem são. (ARENDR, 1995)

Dessa maneira, para Hannah Arendt, a condição de ser humano se encontra em dois planos: aquele onde as ações têm como intuito a preservação da espécie e aquele onde as ações

dizem respeito à individualidade de cada ser, desde já, a principal característica de sua análise sobre o trabalho resulta-se ao resumo na distinção entre o labor e o trabalho. Sendo que, de acordo com Arendt (1995), o labor é um limitador da capacidade criativa humana, trata de atividades básicas, objetivas, mecânicas, que visam a subsistência. Já o trabalho, refere-se a atividade de produção que tem necessidade específica de promover o reconhecimento pessoal perante o social, onde as ações têm sua marca individual e subjetiva, descrita como a obra fabricação.

Desse modo, a condição humana analisada por Arendt, está ligada ao que ela chama de mundo comum, isto é, o mundo real e ativo que é criado através do trabalho, ou seja, o mundo comum é construído pelo discurso que dá sentido aos acontecimentos para coletividade. Percebe-se que é o trabalho que constrói tal mundo, e não o labor. Sendo assim, a condição humana do labor é equivalente à vida em si, no entanto a condição humana do trabalho é a produção para o mundo comum, o mundo criado pelo homem, ou seja, o mundo que dá sentido ao social e à pluralidade humana. O labor está ligado à reprodução e manutenção desse mundo comum, o trabalho produz valor na incorporação da esfera pública, buscando reconhecimento pessoal, bem como, é o próprio construtor do mundo comum. (ARENDRT, 1995).

Conhecer esses três aspectos da condição humana pode ser um elemento importante para a discussão das questões que perpassam a educação do campo, pois a mesma ainda se encontra alienada às ações e decisões políticas governamentais. Arendt enfatiza a necessidade de separar a atividade educativa da atividade política.

Para a autora a função da escola em relação à formação da criança, está relacionada com a sua responsabilidades em lidar com as características trazidas pela natalidade de cada criança, ou seja, sobre a responsabilidade da escola em relação ao que ela chama de livre desenvolvimento das qualidades e talentos pessoais da criança, que segundo Arendt (1988, p. 242): “[...] do ponto de vista geral e essencial, é a singularidade que distingue cada ser humano de todos os demais, a qualidade em virtude da qual ele não é apenas um forasteiro no mundo, mas alguma coisa que jamais esteve aí antes”.

Contudo, quanto a inserção no mundo humano, bem como a aparição no espaço público ambas, não é imposta pela necessidade, como no labor, tão menos desencadeada pela utilidade, como no trabalho, embora possa ser estimulada pela presença de outros. Conforme a ótica Arendtiana, é na esfera privada e social do contexto que as características decorrentes da natalidade serão preservadas. A criança irá se constituir na experiência ou no exercício das suas

faculdades espirituais do pensar, do querer e do julgar mediante interações com seus pares e com os educadores adultos.

4. VIDA ACTIVA NA ESCOLA DO CAMPO À LUZ DE HANNAH ARENDT: REALIDADE OU SONHO?

A luta pela Educação do Campo surge no momento em que se percebe que a lógica da educação dominante são contra a formação de sujeitos críticos, com qualificações sociais e políticas suficientes para agir e transformar a realidade, colocam-se diversos desafios de concepção e/ou construção dessa educação. Dessa maneira pensar a educação do campo e para o campo, sem que o próprio campo se transforme num local de oportunidades efetivas e reais para os sujeitos que lá vivem, estar-se a representando um grande retrocesso ao modelo antigo educacional, que na prática, poderia vir a retardar na partida desses sujeitos rumo à cidade em busca de trabalho.

Pensando na possibilidade de conceber e construir uma educação do campo, no campo e para o campo, ou seja, uma formação que reafirme interesses e valores culturais, econômicos e sociais dos povos do campo – está muito além de uma proposta pedagógica que ressalte a peculiaridades desses povos, pois se torna imprescindível que se construa a possibilidade de transformar o campo no espaço de atuação profissional e a intervenção dos sujeitos em formação. (FIGUEIRA; SILVA, 2011).

Na Conferência de Luziânia (Goiás), de certo essa preocupação já estava manifestada, ao ser ressaltado que só seria possível lutar por uma educação básica do campo, se ela estivesse vinculada à construção de uma nova proposta e/ou projeto de desenvolvimento para o campo, bem como à garantia de acesso à educação para todo o povo. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999).

No entanto, o que parece estar claro, até o momento, é que o destaque do debate sobre a Educação do Campo se resume apenas em uma pedagogia capaz de fornecer uma educação mais eficaz para quem vive no campo, como afirma Caldart (2008, p. 72):

Mas tem aparecido outra tensão no debate dos últimos anos: se alguns negam ou fazem crítica à Educação do campo porque ela trata de uma particularidade, outros a estão criticando porque ela não dá conta de todas as particularidades presentes na realidade dos trabalhadores do campo hoje e, então, seria preciso um esforço de pensar a educação desde cada uma delas: pensar na educação dos camponeses, na educação dos assalariados do campo, na educação dos povos da floresta, na educação dos quilombolas.

Discutir a educação do campo leva-se a refletir sobre uma complexidade muito ampla, de maneira que sua concretização na escola representa apenas uma de suas dimensões. Partindo desse princípio, acredita-se que é necessário e fundamental o encontro da educação do campo com Hannah Arendt, é preciso incluir na discussão e na construção da educação do campo nos pressupostos arendtianos de liberdade, na busca da formação de sujeitos para a ação.

Na medida em que um indivíduo se empenha ativamente em fazer algo, na visão de Hannah Arendt esse sujeito está incluído em um modo de “vida activa”. A expressão “vida activa” é carregada de muitos significados, um deles é o modo de viver fora da alienação social imposta pelo modelo político ocidental, onde o homem não deve apenas subsistir, mas viver plenamente, interagindo e influenciando as mudanças do mundo. Nas palavras de Arendt (1995, p.23):

A expressão *vita activa*, compreendendo todas as atividades humanas e definida do ponto de vista da absoluta quietude da contemplação, corresponde, portanto, mais à *askholia grega (ocupação e desassossego)* com a qual Aristóteles toda atividade, que ao *bio politikos* dos gregos. A expressão *vita activa* é perpassada e sobrecarregada de tradição. É tão velha quanto nossa tradição de pensamento político, mas não mais velha que ela. A própria expressão que, na filosofia medieval, é a tradução consagrada do *bios politikos* de Aristóteles, já ocorre em Agostinho onde, como *vita negotiosa* ou *actuosa*, reflete ainda o seu significado original: uma vida dedicada aos assuntos públicos e políticos.

Dessa maneira, entende-se que o homem deve buscar se inserir de forma ativa na sociedade, participando da política, externando seus pensamentos e suas ideias, visando efetivar um vínculo entre indivíduo e coletivo, homem e sociedade, seja ela no campo ou na cidade, gerando uma evolução constante na qualidade das relações e das estruturas presentes em um aglomeramento ordenado de pessoas, como por exemplo os Estados.

A formação do sujeito para ação, não somente se refere no agir atrelado à prática cotidiana do trabalho no campo, mas um agir garantindo uma intervenção política, com a participação no processo das políticas públicas implantadas e implementadas, onde o campo se torne o espaço de atuação dos sujeitos nos diferentes meios de produção e reprodução da vida.

Na Educação do Campo, o debate do campo precede o da educação ou da pedagogia, ainda que o tempo todo se relacione com ele. E, para nós, o debate de campo é fundamentalmente debate o sobre o trabalho no campo. Quer traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo. (CALDART, 2008, p.77).

Na concepção de Arendt, a vida activa tem seus fundamentos em um ambiente essencialmente humano ou de coisas criadas pelos homens, onde acredita que apenas por meio da formação de sujeitos autônomos capazes de contribuir nas decisões políticas que se é capaz de conservar o espaço público, pois é a partir desse entendimento do espaço público que o sujeito do campo será permitido, através da participação, que projetem seu próprio espaço de atuação. Por tanto, tem-se como grande desafio para aqueles que pensam a educação do campo numa perspectiva emancipatória, a efetivação de políticas capazes de garantir que o sujeito do campo, após sua formação encontre no próprio campo o espaço de atuação para o qual destinou-se como técnico, político e socialmente qualificado, a qual ainda se encontra em sonhos não muito próximos da realidade que se encontra inserida, indagação realizada título desta sessão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se explicita é que as lutas e o debate da educação do campo, enquanto uma política pública, têm se centrado na escola e/ou, nos processos de escolarização. As concepções em que se embasa o currículo da educação do campo explicitam a perspectiva emancipatória do ser humano. Entretanto, o que se ressalta aqui, é que inexistem articulações ou discussões fortalecidas visando a necessidade de transformação estrutural no campo, no local de atuação dos sujeitos egressos do processo de formação. Não se tem dúvidas que a educação seja umas das possibilidades primordiais na contribuição para as mudanças sociais, políticas e econômicas do campo.

Assim, de acordo com as concepções de Hannah Arendt, não há como conceber a ideia de um mundo sem a influência dos seres humanos e suas atividades. As atividades humanas, em sua totalidade, são o que são devido ao fato dos homens viverem juntos, o qual se torna um fator condicionante. Chega-se à conclusão que o conceito de vida activa na visão arendtiana refletindo na educação do campo, pode ser extraído de um agrupamento fundamental de atividades humanas, como o labor, o trabalho e a ação, onde já discutido anteriormente. Pois a partir dessas atividades pode-se compreender o qual momento a educação do campo está vivenciando, ou seja, como ela está organizada e ao mesmo tempo refletindo diretamente nos campos: político, social, público e privado.

Portanto, formar sujeitos críticos advindos de uma educação do campo é uma das questões que precisam ser enfrentadas. Nesse sentido, a necessidade de reconstrução e preservação do espaço público como lugar de efetivação da liberdade do homem, está sendo imprescindível

para avançar a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro B. de Almeida. São Paulo: ed. Perspectiva, 1988. P. 221 a 246.

ARENDDT, H. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BRASIL/MEC/CNE. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, 2001.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org). **Educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília: MDA/Incrá, 2008.

FIGUEIRA, Josué Silva; SILVA, José de Ribamar Sá. **EDUCAR PARA AGIR**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFM. São Luíz – Maranhão. 2011.

KOLLING, E. J; NERY, I; MOLINA, M.C. (Org). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Editora UnB, 1999.

NASCIMENTO, C. G. **Educação, cidadania e políticas sociais: a luta pela educação básica do campo em Goiás**. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, Espanha, n. 33, v. 10, p. 1-16, 2004.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.